

Proposta: uma nova estratégia de negociações.

O Brasil não pode esperar mais: deve elaborar, ainda antes do final do ano, uma nova estratégia de negociação com os credores, com o objetivo de definir um programa de médio prazo que amplie para quatro ou cinco anos o vencimento das parcelas da dívida externa a serem pagas este ano.

Essa é a opinião do presidente da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), Roberto Konder Bornhausen, para quem "estamos diante de problemas difíceis, e não devemos ter ilusão de sair deles sem pagar um preço". Ele acha que as negociações devem ser realizadas fora dos períodos de maior emergência, que limitam a possibilidade de acordo, como ocorreu nos entendimentos realizados em dezembro passado e que é possível uma solução, desde que todas as questões relacionadas sejam tratadas simultaneamente.

No entanto, para o ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Pena, que foi ontem a Belém presidir a reunião mensal do conselho deliberativo da Sudam, o pagamento do serviço da dívida externa, "agora, não depende mais de nós, depende deles" (os credores). Para o ministro, "embora o Brasil queira pagar e tenha condições para tal, surge um impasse, que é maior que nós, pois eles querem cobrar, mas não querem comprar. E nós queremos pagar, mas só poderemos fazê-lo se eles quiserem comprar".

A questão principal

Mas a questão principal, para Roberto Konder Bornhausen, é fazer uma projeção do que o País pode realizar no comércio internacional nos próximos anos e do que precisa para atender à conta de serviços e a amortização da dívida. Com estes dados, disse, "é possível ver o que o País precisa encontrar uma solução nos próximos anos".

Porém qualquer proposta deve passar pela redução do déficit público, pelos cortes nos subsídios e pela eliminação das pressões sobre os custos financeiros. Bornhausen acha que nenhuma medida pode ser tomada isoladamente, porque todas as questões estão muito interligadas. E não acredita em tabelamento de juros, por exemplo, "porque tabelar não é solução para nenhuma mercadoria, pois não combate as causas, e tenta iludir os efeitos".

Bornhausen recomendou que o governo elabore uma estratégia e "venha a público para explicar e defender a necessidade das medidas, gerando uma alternativa favorável". Mas não soube dizer se haverá alguma disposição neste sentido no novo pacote econômico, que está em elaboração. Também desconhece se o governo pretende consultar os representantes dos diferentes setores de atividade, sobre as novas medidas econômicas.

Moratória?

Apesar de reconhecer as dificuldades e a gravidade do momento, Bornhausen contestou a proposta de moratória — entendida como tomada de posição de força por parte do governo na questão dos pagamentos externos — porque "é inconveniente e inadequada, causando desordens na economia". A solução é negociar, a prazos maiores, o pagamento, sempre considerando que "os banqueiros internacionais e o País são sócios nos empréstimos".

Já para o ex-ministro da Indústria e do Comércio e presidente do Banco Econômico, Ângelo Calmon de Sá, a moratória é apenas "uma questão de ir ao dicionário". Ele comentava a Carta do Ibrel, da Fundação Getúlio Vargas, que afirmou que o Brasil já está em moratória plena, embora sem declará-la oficialmente. Explicou que para estar em uma moratória o Brasil precisaria ter suspenso todos os seus pagamentos por um determinado prazo, o que não ocorreu.

O fato de o País atrasar pagamentos na área comercial não pode ser caracterizado como uma moratória, uma vez que, ao mesmo tempo, vem saldando rigorosamente em dia uma série de outros compromissos — observou.

Durante a entrevista, no aeroporto do Rio ao retornar de Nova York, Calmon de Sá afirmou que os bancos estrangeiros continuam, "sem dúvida nenhuma", acreditando na recuperação econômica do Brasil.